

A diversidade religiosa é um importante elemento caracterizador das sociedades modernas. Desde a constituição de 1891 o Brasil não possui mais uma religião oficial, de modo que a tolerância e o trânsito religioso são permitidos e tidos, inclusive, como direito dos brasileiros. Isto não significa que ao longo de todo este período não tenha ocorrido conflitos entre as diversas religiões no país, tampouco que não tenham ocorrido episódios de perseguição a grupos minoritários. Mas de um modo geral, as pessoas são livres para buscar a religião que mais lhe agrade, e de praticá-la da forma que lhe convier, sob a proteção do Estado brasileiro. Depois da constituição de 1988, a proteção da prática religiosa foi ampliada, de modo que a discriminação religiosa é encarada como crime tão grave quanto o racismo, o que contribuiu para a valorização e o respeito às crenças minoritárias no país. As religiões historicamente excluídas e desvalorizadas passam a ter seu direito de existir reconhecidos, e com garantias legais contra a eventual perseguição religiosa. Com o decorrer do século XX, foram diversos os esforços das outras religiões para serem reconhecidas, o que levou a um processo de institucionalização, sobretudo dos espíritas e dos umbandistas, cujas práticas eram perseguidas como “magia” e prática ilegal da medicina pelos órgãos repressores do Estado. A tolerância, deste modo, pode ser ampliada no país. Este arcabouço legal de proteção às religiões minoritárias no país permitiu que na segunda metade do século XX o país conhecesse um processo de alteração do perfil religioso da população. A liberdade de escolha da religião e o fato de não haver uma religião oficial fizeram com que o *trânsito religioso*, isto é, a troca de uma religião por outra se tornasse um fenômeno relativamente comum no país, sobretudo nas últimas décadas. Estima-se que pelo menos 25% dos brasileiros com mais de 16 anos já tenham mudado de religião, o que caracteriza uma situação de competição e desequilíbrio na demografia religiosa brasileira. Neste texto iremos trabalhar a distribuição espacial dos fiéis no Brasil, tendo por base os dados do Censo Demográfico de 2000. Estes dados contêm diversas informações sobre as pessoas que compõem cada uma das religiões atuantes no país, e permite que aprofunde o conhecimento sobre o perfil dos fiéis, principalmente características sócio-econômicas. A partir dos dados avaliados, é possível ter um panorama do aspecto demográfico do fenômeno religioso. As dinâmicas de colonização do território brasileiro afetaram de forma diferenciada a distribuição dos agrupamentos religiosos pelo país. A partir destes dados podemos fazer algumas observações gerais sobre a dinâmica espacial dos fiéis no país. Primeiramente, que os agrupamentos evangélicos, sobretudo os pentecostais, são parte de um fenômeno urbano, muito destacado nas grandes cidades. As pessoas sem religião também são mais numerosas nos municípios metropolitanos e de grande porte. As pessoas, principalmente nas grandes cidades, costumam passar de sua religião de criação a uma situação sem religião. Depois, partem deste grupo em direção aos evangélicos pentecostais. Algumas inferências são possíveis para explicação dos padrões regionais: as áreas receptoras de população apresentam maiores percentuais de evangélicos e de pessoas sem religião. As áreas doadoras de população, como o interior dos estados da região sul e nordeste tendem a manter percentuais de católicos semelhantes aos dos anos 1980. O presente trabalho permite concluir que a religião no Brasil é que poucas variáveis sócio-demográficas mudaram tanto no país como a escolha religiosa, com a substituição crescente do catolicismo romano por outras formas de expressão religiosa. A proximidade da realização do censo de 2010 poderá auxiliar na resolução de muitas destas hipóteses. É necessário também destacar que, com a modificação na metodologia de coleta de dados das pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE, a religião poderia ser incorporada como uma variável explicativa das diferenças sócio-espaciais observáveis no território brasileiro.

A diversidade religiosa é um importante elemento caracterizador das sociedades modernas. Desde a constituição de 1891 o Brasil não possui mais uma religião oficial, de modo que a tolerância e o trânsito religioso são permitidos e tidos, inclusive, como direito dos brasileiros. As religiões historicamente excluídas e desvalorizadas passam a ter seu direito de existir reconhecidos. Este arcabouço legal de proteção às religiões minoritárias no país permitiu que na segunda metade do século XX o país conhecesse um processo de alteração do perfil religioso da população. Neste texto será trabalhada a distribuição espacial dos fiéis no Brasil, tendo por base os dados dos Censos Demográficos. A partir dos dados avaliados, é possível ter um panorama do aspecto demográfico do fenômeno religioso. Os agrupamentos evangélicos, sobretudo os pentecostais, são parte de um fenômeno urbano, muito destacado nas grandes cidades. As pessoas sem religião também são mais numerosas nos municípios metropolitanos e de grande porte. As pessoas, principalmente nas grandes cidades, costumam passar de sua religião de criação a uma situação sem religião.